

A estratégia *Economia Brasil* para obtenção de recursos

07 MAR 1990

GAZETA MERCANTIL

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

As reformas econômicas que o futuro governo Collor de Mello implantará a médio prazo — como o aumento gradual das importações e as mudanças nas regras do sistema financeiro — serão utilizadas também como argumento para a obtenção de empréstimos externos de desembolso rápido junto a organismos internacionais como o Banco Mundial, que dependem da estabilização macroeconômica.

Essa expectativa foi transmitida ontem a este jornal por fontes autorizadas da equipe econômica do novo governo, que devem integrar a comissão encarregada exclusivamente de conduzir as negociações com os bancos credores, o Clube de Paris, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). A comissão se reportará à futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e ao presidente eleito.

O diretor-adjunto do Brasil junto ao BIRD, Eimar Avillez, confirmou a possibilidade de se obter logo pelo menos dois grandes empréstimos setoriais, de desembolso rápido, totalizando algo como US\$ 800 milhões. Trata-se de US\$ 500 milhões para a reforma do sistema financeiro, que esbarrou em condicionalidades não atendidas pelo atual governo, e US\$ 300 milhões para a modernização do comércio exterior.

Parte dos novos recursos pode vir a ser utilizada num segundo momento como reforço a um fundo destinado a garantir a troca de dívida por bônus do Tesouro americano, na mesma linha do pacote mexicano em fase final de adesão.

"Nada está excluído, respeitando as metas de crescimento interno e transferência de recursos ao exterior", informou um graduado auxiliar da futura ministra da Economia. Até mesmo a restrição anterior de se gastar apenas US\$ 5 bilhões com o pagamento de juros este ano pode vir a ser negociada.

O que está fora de cogitação é o pagamento dos juros atrasados aos bancos credores, "inclusive por impossibilidade técnica decorrente da insuficiência de reservas".

O delegado Romeu Tuma deverá continuar a ocupar o cargo de diretor-geral da Polícia Federal (PF) no governo do presidente eleito Fernando Collor de Mello. O futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, disse, ontem, ao atual ocupante da Pasta, ministro Saulo Ramos, que gostaria de manter Tuma na direção da entidade.

(Ver página 6)